

PERIÓDICO DE GEOPOLÍTICA E OCEANOPOLÍTICA

BOLETIM

GEOCORRENTE

ISSN 2446-7014



**Descarbonização do Transporte Marítimo:
desafio para alternativa competitiva, justa
e sustentável**

ESTE E OUTROS 12 ARTIGOS NESTA EDIÇÃO

BOLETIM GEOCORRENTE

Nº 174 • 07 de dezembro de 2022

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPP) da Escola de Guerra Naval (EGN). O NAC acompanha a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica e da Oceanopolítica, a fim de fornecer mais uma alternativa para a demanda global de informação, tornando-a acessível e integrando a sociedade aos temas de segurança e defesa. Além disso, proporciona a difusão do conhecimento sobre crises e conflitos internacionais procurando corresponder às demandas do Estado-Maior da Armada.

O Boletim tem como finalidade a publicação de artigos compactos tratando de assuntos atuais de dez macrorregiões do globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Além disso, conta com a seção "Temas Especiais", tratando sobre assuntos latentes das relações internacionais.

O grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas do conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporcionam uma análise ampla da conjuntura e dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como seus desdobramentos.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do NAC e submeta seu artigo contendo até 400 palavras ao processo avaliativo por pares.

Os textos contidos neste Boletim são de responsabilidade exclusiva dos autores, não retratando a opinião oficial da EGN ou da Marinha do Brasil.

A publicação integral de qualquer artigo deste Boletim somente poderá ser feita citando expressamente autor e fonte, e colocando o link de redirecionamento para o artigo original.

Capa: [Imagem aérea de navio porta-contêineres](#)

Por: Tawatchai07

Fonte: Freepik

CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação.
Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca – CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
TEL.: (21) 2546-9394 | E-mail: geocorrentenac@gmail.com

Esta e as demais edições do Boletim Geocorrente, em português e inglês, poderão ser encontrados na [home page da EGN](#) e em nossa [pasta do Google Drive](#).

O NAC também está no [LinkedIn](#), acompanhem nossas postagens.



CONSELHO EDITORIAL

DIRETOR DA EGN

Contra-Almirante João Alberto de Araujo Lampert

SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO DA EGN

Contra-Almirante (RM1) Marcio Magno de Farias Franco e Silva

EDITOR CHEFE

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Leonardo F. de Mattos (EGN)

EDITOR CIENTÍFICO

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Francisco E. Alves de Almeida (EGN)

EDITORES ADJUNTOS

Jéssica Germano de Lima Silva (EGN)

Noele de Freitas Peigo (Facamp)

Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFF)

Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN GRÁFICO

Guilherme de Oliveira Carneiro (UFRJ)

ÁFRICA SUBSAARIANA

Carolina Vasconcelos De Oliveira Silva (PUC-Rio)
Franco Napoleão A. de Alencastro Guimarães (PUC-Rio)
Isadora Jacques de Jesus (UFRJ)
João Victor Marques Cardoso (UNIRIO)
Luísa Barbosa Azevedo (UFRJ)
Vanessa Passos Bandeira de Sousa (ESG)

AMÉRICA DO SUL

Bruna Soares Corrêa de Souza (UniLaSalle)
José Martins Rodrigues Junior (UFRJ)
Luciano Veneu Terra (UFF)
Pedro Emiliano Kilson Ferreira (Univ. de Santiago)

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

Ana Carolina Vaz Farias (UFRJ)
Jéssica Pires Barbosa Barreto (EGN)
Taynah Pires Ferreira (UFRJ)
Victor Cabral Ribeiro (PUC-Rio)
Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

ÁRTICO & ANTÁRTICA

Gabriela Paulucci da Hora Viana (UFRJ)
Gabriele Marina Molina Hernandez (UFF)
Jayanne Balbino Soares (UFF)
Raphaella da Silva Dias Costa (UFRJ)

EUROPA

Guilherme Francisco Pagliares de Carvalho (UFF)
Gustavo da Hora (UFRJ)
Marina Autran Caldas Bonny (UFRJ)
Millene Sousa dos Santos (UFRJ)
Rafaela Caporazzo de Faria (UFRJ)
Victor Magalhães Longo de Carvalho Motta (UFRJ)

LESTE ASIÁTICO

João Pedro Ribeiro Grilo Cuquejo (Kobe University)
Júlia Elias Teodoro Santos Pereira (UFRJ)
Luís Filipe de Souza Porto (UFABC)
Marcelle Torres Alves Okuno (EGN)
Maria Eduarda Araújo Castanho Parracho (UERJ)
Philippe Alexandre Junqueira (UERJ)
Rodrigo Abreu de Barcellos Ribeiro (UFF)
Thomas Dias Placido (UFSC)

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

Adel Bakkour (UFRJ)
Amanda Neves Leal Marini (ECEME)
Dominique Marques de Souza (UFRJ)
Isadora Novaes dos Santos Bohrer (UFRJ)
Melissa Rossi (Suffolk University)
Vitória de França Fernandes (UFRJ)

RÚSSIA & EX-URSS

José Gabriel de Melo Pires (UFRJ)
Luiza Gomes Guitarrari (UFRJ)
Pedro Mendes Martins (ECEME)
Pérsio Glória de Paula (Saint Petersburg University)
Rafael Esteves Gomes (UFRJ)

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

Guilherme de Oliveira Carneiro (UFRJ)
Maria Gabriela Veloso Camelo (PUC-Rio)
Matheus Bruno Ferreira Alves Pereira (UFRJ)
Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFF)

SUL DA ÁSIA

Eduardo Araújo Mangueira (UFRJ)
Gabriela Siqueira Duarte dos Santos (UFRJ)
Iasmin Gabriele Nascimento dos Santos (UFRJ)
Lucas Mitidieri (UFRJ)
Rebeca Vitória Alves Leite (EGN)

TEMAS ESPECIAIS

Alessandra Dantas Brito (EGN)
Bruno Gonçalves (UFRJ)
Guilherme Novaes Silva Pinto (UFRJ)
Maria Claudia Menezes Leal Nunes (USP)
Raquel Torrecilha Spiri (UNESP)



SUMÁRIO

<p>AMÉRICA DO SUL</p> <p>Os riscos socioambientais de investimentos chineses no Peru 5</p> <p>Guiana e Suriname: entre os petrodólares e a proteção ambiental 6</p> <p>AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL</p> <p>Novo <i>player</i> tecnológico? A aliança digital entre a União Europeia e os países caribenhos 7</p> <p>ÁFRICA SUBSAARIANA</p> <p>A contribuição da Estratégia Marítima Nacional Integrada de Gana no combate à pobreza 8</p> <p>EUROPA</p> <p>O acordo histórico entre Reino Unido e França para conter a crise migratória 9</p> <p>ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA</p> <p>A retomada do papel geopolítico internacional do Irã 10</p> <p>A cooperação russo-iraniana frente a tensões regionais 11</p> <p>RÚSSIA & Ex-URSS</p> <p>A parceria estratégica russo-cubana e a visita de Díaz-Canel a Moscou 12</p>	<p>LESTE ASIÁTICO</p> <p>Restrições estadunidenses à exportação de chips: escalada das tensões entre EUA e China 12</p> <p>SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA</p> <p>Relações Rússia-Mianmar e o desenvolvimento de energia nuclear 13</p> <p>Tailândia busca aumentar capacidade operacional com navio anfíbio 14</p> <p>ÁRTICO & ANTÁRTICA</p> <p>Antártica, conflito na Ucrânia e proteção ambiental 15</p> <p>TEMAS ESPECIAIS</p> <p>Descarbonização do Transporte Marítimo: desafio para alternativa competitiva, justa e sustentável 16</p> <p>Artigos Selecionados & Notícias de Defesa 18</p> <p>Calendário Geocorrente 18</p> <p>Referências 19</p> <p>Mapa de Riscos 20</p>
--	---

PRINCIPAIS RISCOS GLOBAIS

Desconsiderando a pandemia de COVID-19

Por: Luísa Barbosa



Created with mapchart.net

Para mais informações acerca dos critérios utilizados, acesse a página 19.

Os riscos socioambientais de investimentos chineses no Peru

Victor Cabral

Em novembro de 2022, durante o 29º Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico, na Tailândia, os Ministros das Relações Exteriores da China e do Peru discutiram o fortalecimento das relações econômicas bilaterais. Ambos os Estados assinaram um acordo de livre-comércio em 2009, com Pequim liderando a lista de parceiros comerciais de Lima desde 2014, tornando-se o destino de 29% das exportações peruanas. Os principais produtos comercializados pelo Peru são: cobre, ouro, petróleo refinado, pescado e ferro, indicando a dependência do país na exportação de mercadorias primárias. A exploração de algumas delas, como a mineração, envolve riscos socioambientais que afetam a saúde da economia peruana.

A China é o principal parceiro comercial do Peru, investindo bilhões de dólares anualmente em infraestrutura, como exploração e operação em minas, construção de rodovias e de portos, a exemplo do Porto de Chancay (Boletim 163). Lima detém 4% das reservas globais de cobre, fazendo com que Pequim comprasse, ainda nos anos 2000, a segunda maior mina desse metal no país, *Las Bambas*. O local gera cerca de 1% do PIB peruano e é responsável por 15% da produção nacional de minérios, com 5,6 milhões de toneladas de cobre em sua reserva. Todavia, as operações encontram entraves, como greves que interrompem as explorações, e protestos das populações indígenas por melhores oportunidades de

emprego, qualidade de vida e responsabilidade conjunta Pequim-Lima na conservação ambiental.

Os investimentos chineses têm recebido atenção negativa da sociedade civil peruana nos últimos anos, dado o deslocamento forçado dos atingidos pelos megaprojetos, a degradação ambiental, o pouco desenvolvimento econômico local e a exposição de povos originários da Floresta Amazônica à abertura de minas e rodovias no espaço. Devido às profundas e históricas desigualdades socioeconômicas, o Peru é vulnerável a desastres ambientais — naturais ou antropogênicos —, incidindo na resistência das comunidades a novos projetos de Pequim e em cobranças ao governo para melhor fiscalização dos empreendimentos chineses e seus impactos.

Nesse cenário, ressalta-se que o Peru apresenta uma inflação acumulada em 7,6% em 2022 e expansão da pobreza com a crise econômica global. Soma-se a esse quadro, a crise política que torna Pedro Castillo o quinto presidente em menos de cinco anos e alvo do terceiro processo de impeachment em 14 meses no poder. Apesar dos desafios, é importante que o Peru se atente ao desenvolvimento socioambiental sustentável, incluindo cobranças e fiscalização ao seu principal parceiro econômico, a China, além de proteger o setor de mineração, vital para a economia.



Guiana e Suriname: entre os petrodólares e a proteção ambiental

Guilherme Novaes

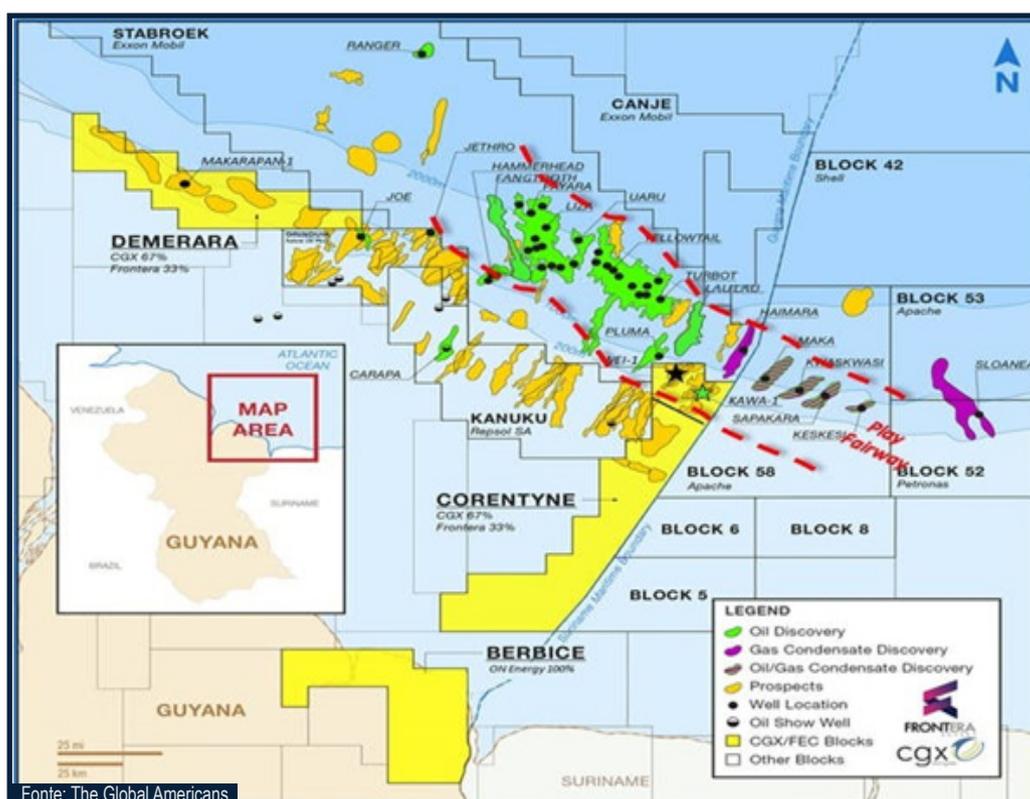
A descoberta de reservas de petróleo no litoral da Guiana e do Suriname projetou os países como potências petrolíferas. A revelação tem o potencial de tirar populações da pobreza mas, para isso, se impõe o desafio de uma gestão inteligente que evite a dependência econômica do “ouro negro” no longo prazo e a distribuição desigual das divisas geradas. Outra dificuldade é a preservação ambiental, sobretudo o controle do aumento de emissões de carbono causado pela elevação da produção e crescimento econômico. Quais as perspectivas econômicas e ambientais para esses países nos próximos anos?

A Guiana já é o país com a maior reserva de petróleo *per capita* do mundo. O Suriname, por sua vez, aguarda a decisão de petroleiras para explorar em seu território, após descobertas mais recentes. As populações desses países esperam que as novas explorações ajudem na superação da pobreza e na melhora das condições de vida. Para que isso ocorra de maneira estrutural, os governos precisam pensar em estratégias sustentáveis de diversificação econômica, considerando ainda a futura diminuição esperada da demanda por petróleo, por conta da transição energética global. Essa intenção já foi sinalizada pelo presidente surinamês, Chan Santokhi.

A questão ambiental também tem entrado no cálculo dos governantes. Mais de 80% do território dos dois

países é composto por florestas, conforme a *ONG WWF*, o que pode ser uma grande vantagem para a manutenção dos balanços de emissões de carbono. Atualmente, o Suriname é um dos três países do mundo com saldo negativo de emissões. Mesmo assim, é importante considerar que a ampliação das atividades de exploração de petróleo deve movimentar esse saldo, principalmente pelos efeitos do crescimento econômico: aumento da população, trânsito, consumo de eletricidade, entre outros. A aposta seria utilizar as receitas do petróleo para financiar uma transição para fontes de energia limpa, como afirma Timothy Tucker, membro da Câmara do Comércio e Indústria de Georgetown — capital da Guiana: “a energia suja pode financiar a energia limpa”.

Décadas atrás, descobertas de grandes reservas de petróleo já mudaram o curso de países pobres e melhoraram a vida da população, como ocorreu na Noruega e em alguns países do Oriente Médio. Na Guiana e no Suriname, a exploração em larga escala se inicia em um contexto diferente, com uma tentativa global de reduzir o uso de combustíveis fósseis. Esse cenário evidencia uma janela de tempo mais curta para aproveitar as receitas do petróleo para melhorar a realidade populacional e diversificar a economia, demonstrando o quão decisivos serão os próximos anos para o futuro dos dois países.



Novo *player* tecnológico? A aliança digital entre a União Europeia e os países caribenhos

Rafaela Caporazzo e Taynah Pires Ferreira

Durante a última década, a União Europeia (UE) não se estabeleceu como ator expressivo no âmbito digital. Ao contrário de outros *players* tecnológicos, como a China, a UE não definiu claramente uma abordagem estratégica para tecnologias digitais, algo que está em processo de mudança em relação ao Caribe pra revigorar o relacionamento entre esses atores. No entanto, esse cenário mudou, a partir dos desafios de conectividade dos países caribenhos — onde cerca de 32% da população não têm acesso à internet — o bloco lançou, em 2021, o Centro Digital para o Desenvolvimento (D4D), visando impulsionar a cooperação global em transições verdes e digitais, concentrando-se em investimentos voltados para conectividade e segurança cibernética. Isto posto, quais as vantagens da nova agenda digital para o processo de cooperação entre os Estados caribenhos e europeus?

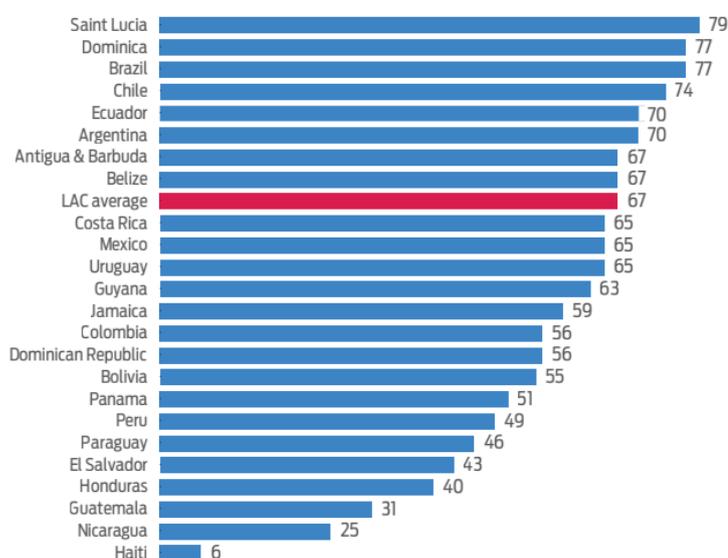
Para se tornar um *player* tecnológico relevante na região, a UE precisará fazer uma oferta competitiva com base em três pilares: mercado, segurança e direitos. O lançamento da aliança digital entre o Bloco e o Caribe exigirá uma ação decisiva da alta liderança da UE e de seus Estados-membros, garantindo a importância estratégica e geopolítica na região. Além disso, ao estreitar laços, alinhados com os valores e interesses mútuos, os países caribenhos podem contribuir para

melhorar a coordenação e cooperação entre a Comissão Europeia e o Serviço Europeu de Ação Externa.

Outrossim, esta aliança no âmbito digital não constitui um episódio isolado. Em 2022, foram divulgadas diversas parcerias com o intuito de modernizar a infraestrutura digital caribenha. Dentre eles, o projeto *Digital Response Connecting Citizens*, financiado pela UE, em conjunto com os 15 países-membros do Fórum do Caribe. O programa pretende fortalecer o sistema de informação de saúde, ampliando a capacidade de resposta dos governos contra ameaças sanitárias. As iniciativas demonstram o potencial estratégico da cooperação para as nações caribenhas, ao contribuir para o desenvolvimento da infraestrutura digital regional, resultando na ampliação da conectividade.

Por fim, ressaltam-se os benefícios adquiridos para ambas as partes envolvidas. Para a UE, o projeto permite expandir a sua área de influência, tendo um papel tecnológico expressivo e garantindo sua importância estratégica e geopolítica na região. Já para o Caribe, a aliança pode resultar no aperfeiçoamento de suas infraestruturas digitais. Ademais, os laços cooperativos podem transbordar para o desenvolvimento de acordos nos âmbitos comerciais, científicos-tecnológicos e educacionais.

Figure 2: Percentage of households with fixed internet connection



Source: WB and UNDP LAC HFPS II (Wave 1) 2021 data. Authors' calculations.

Fonte: UNDP

A contribuição da Estratégia Marítima Nacional Integrada de Gana no combate à pobreza

Vanessa Bandeira

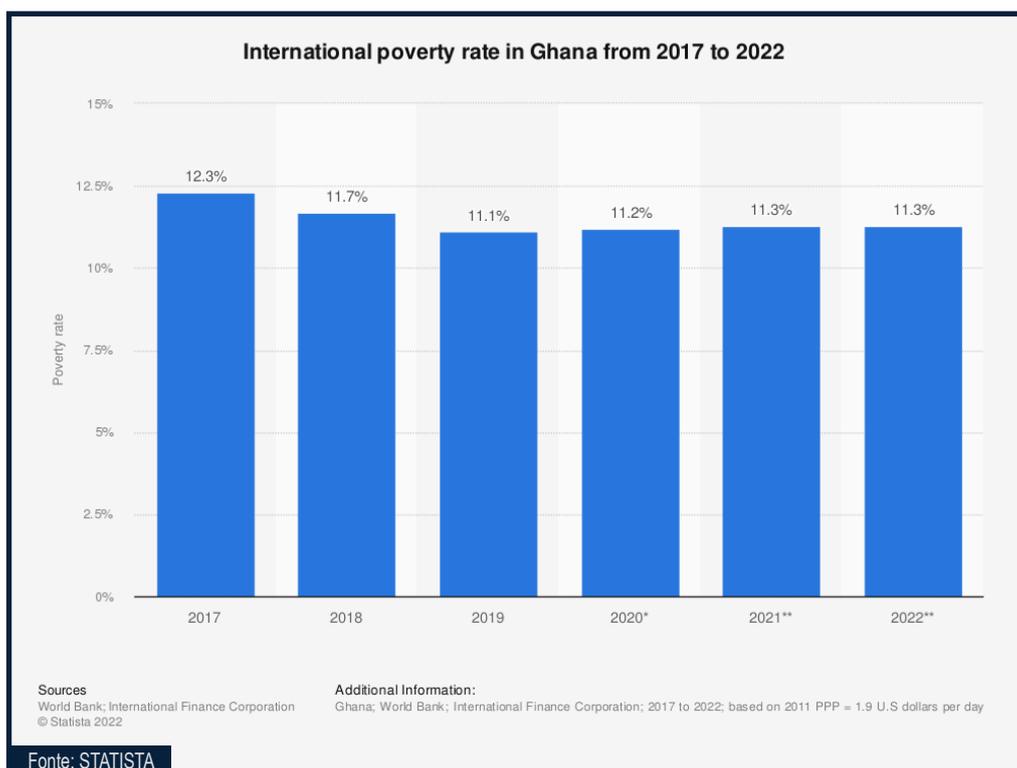
Em agosto de 2022, Gana lançou sua nova Estratégia Marítima Nacional Integrada (NIMS, na sigla em inglês) com o intuito de minimizar a insegurança marítima regional, sobretudo pelo combate à pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN) e estabelecer um ambiente seguro para fomentar a economia azul até 2040. Assim questiona-se: como a NIMS pode contribuir para a redução da pobreza e da fome em Gana?

Com financiamento da Dinamarca, a estratégia foi desenvolvida considerando diversos setores interessados no tema e em parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes e com o Centro de Direito e Segurança Marítima da África. Seus principais objetivos são: fortalecer a governança, promover a proteção ambiental, fomentar a pesquisa e a cooperação em diversos níveis, além de garantir a segurança marítima. Nesse contexto, um dos principais ilícitos marítimos a serem combatidos no país é a pesca INN praticada por arrastões industriais que, em conjunto com a prática de *saiko* (Boletim 148), prejudicam significativamente a pesca artesanal.

Conforme o relatório da *Environmental Justice Foundation*, a pesca industrial no litoral de Gana é majoritariamente praticada por empresas estrangeiras, sendo 90% das operações provenientes de embarcações

chinesas. Tal atividade também é comprovadamente correlacionada a outros crimes marítimos, como contrabando e tráfico de drogas. Além disso, essa prática contribui, ainda, para o esgotamento dos estoques pesqueiros locais e causa um prejuízo anual de US\$ 50 milhões, segundo o relatório. Considerando que a pesca artesanal é fonte de subsistência para 10% dos trabalhadores ganeses, conforme a Universidade de Gana, a pesca INN causa um impacto negativo direto na renda e na segurança alimentar da população do país. Atualmente, a insegurança alimentar afeta de 20% a 40% dos ganeses e, segundo o *World Food Programme*, 18% das crianças de 6 a 59 meses estão em situação de desnutrição crônica no país. Vale ressaltar que a pobreza e a fome foram potencializadas pela pandemia da COVID-19 e pelo conflito russo-ucraniano, responsáveis por aumentar drasticamente o preço dos alimentos, fertilizantes e combustíveis.

Assim, com estratégia integrada, ao possibilitar um ambiente marítimo mais seguro que minimize a incidência de ilícitos como a pesca INN, a NIMS contribui para a redução da pobreza e da fome em Gana. Contudo, apesar de ser um grande passo, são necessárias a disponibilização de recursos e vontade política adequadas para que a mesma seja implementada com sucesso.



O acordo histórico entre Reino Unido e França para conter a crise migratória

Millene Santos

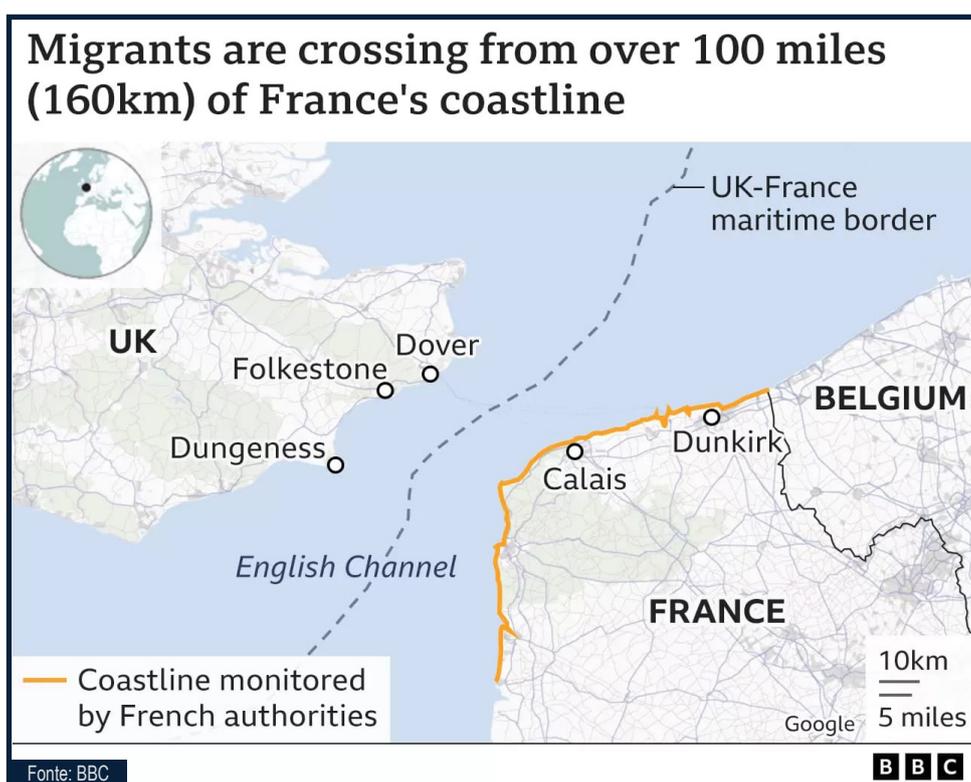
A questão migratória na Europa representa cada vez mais uma problemática no presente. O ano de 2022 foi marcado por uma expressiva alta na taxa de imigrantes irregulares atravessando o Canal da Mancha — conforme o governo britânico, cerca de 40 mil pessoas concluíram a travessia neste ano. No continente, as migrações se revestem de tensões e há restrições crescentes para a entrada de novos imigrantes. Após semanas de duras críticas das autoridades britânicas à condução do tema, França e Reino Unido avançaram com um acordo histórico para conter as travessias no Canal da Mancha. A questão que fica é: quais são as implicações da assinatura desse tratado?

O acordo, ao destinar mais dinheiro à operação policial na costa norte da França, visa reduzir as migrações irregulares rumo ao Reino Unido. Do ponto de vista da segurança, o tratado simboliza um ganho real para os dois países, uma vez que prevê intensificar o controle marítimo por meio da participação de oficiais britânicos trabalhando em conjunto com os franceses. Além disso, prenuncia a implementação e expansão do uso de tecnologias de vigilância, como drones, cães policiais e helicópteros treinados para a identificação e a redução da entrada de imigrantes irregulares.

Considerando o viés geopolítico, a aliança apresenta-se como meio para reforçar a cooperação policial, judicial e humanitária, uma vez que o tema migratório é questão de interesse comum no continente, atuando também de maneira mais eficiente contra grupos especializados em contrabando humano.

A celebração dessa cooperação ocorre em um momento de grande instabilidade política e econômica no Reino Unido, no qual o novo Primeiro-Ministro britânico, Rishi Sunak, enfrenta os desafios de equilibrar a balança comercial e recuperar a confiança do Partido Conservador. Ambos os desafios são agravados pela pressão política gerada justamente pela alta nas migrações. Nesse sentido, o acordo representa uma esperança para contornar a questão e reduzir as críticas ao governo.

Assim, vê-se o amadurecimento do acordo — viabilizado por meio da cooperação bilateral — como um avanço tanto na segurança, quanto nas questões geopolíticas que envolvem a comunidade europeia. Sobre a perspectiva da defesa, destacam-se conquistas na gestão de fronteiras; sobre a geopolítica, reforça-se a possibilidade de tratar essa ameaça transnacional pela cooperação entre os Estados.



A retomada do papel geopolítico internacional do Irã

Dominique Marques

Nos últimos anos, ocorreram alterações na balança de poder causadas pelo fortalecimento da Ásia ante ao Ocidente. À medida que o conflito na Ucrânia segue, é cada vez mais evidente a importância da Eurásia para a estabilidade econômica global, uma vez que muitos países dessa região, como Azerbaijão, Irã e Turquia, são corredores de abastecimento indispensáveis aos Estados europeus. Assim, alguns países vêm investindo em suas capacidades de se manterem como importante rota comercial, com destaque para o Irã. Nesse sentido, como explicar a inter-relação entre o *status quo* iraniano e o reposicionamento da balança de poder global?

Em novembro de 2022, Irã e Cazaquistão chegaram a um acordo para usar como rota alternativa, a partir de 2023, a rede ferroviária iraniana e o porto de Shahid Rajaei, no Sul do país, para o escoamento de mercadorias à Ásia Central e à Comunidade de Estados Independentes, conectando ambos pelo Mar Cáspio e utilizando o modal ferroviário.

Essa iniciativa marca mais uma etapa da recente história da reinserção do Irã no tabuleiro internacional. Após ser excluído do projeto do gasoduto Baku-Tbilisi-Ceyhan em 1990, que passa pelo Azerbaijão, Geórgia e Turquia, o Irã passou a fazer parte do Corredor

Internacional de Transporte Norte-Sul nos anos 2000, conectando através do seu território Índia e Rússia. A participação do país nestes projetos de integração é recente na geopolítica regional, uma vez que os bloqueios econômicos que vem sofrendo desde 1979 poderiam causar perdas a potenciais parceiros comerciais.

Vale ressaltar que o Irã dispõe de grande capacidade de influência regional e, recentemente, sua importância estratégica aumentou com o conflito da Ucrânia, considerando-se que o país representa tanto uma alternativa para a passagem e transporte de alimentos, quanto de recursos energéticos por terra e por mar. Nesse sentido, caso Teerã consiga retomar um papel de maior autonomia, será difícil que as sanções estadunidenses consigam manter esse país isolado, contribuindo para o enfraquecimento do poder dos EUA perante a Ásia.

Ao estar inserida em um panorama mais amplo de fortalecimento da Ásia frente ao Ocidente, a movimentação iraniana retroalimenta seu próprio avanço. À medida que o país cria bases para começar a se reinserir globalmente com maior autonomia, a Ásia vê reforçada a relevância de seu papel para a estabilidade internacional, da qual o Irã faz parte.



A cooperação russo-iraniana frente a tensões regionais

Amanda Marini e Rafael Esteves

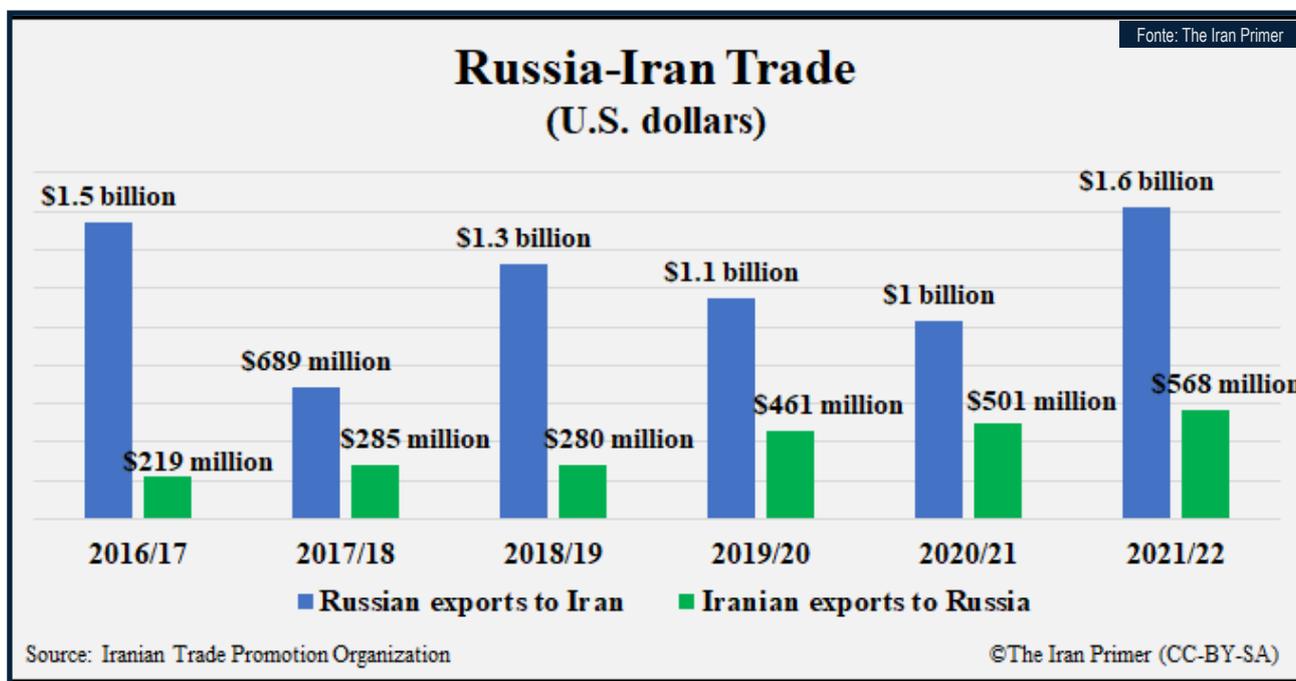
A recente aproximação entre Irã e Rússia vem despertando atenção na geopolítica mundial. Esse cenário tem como contexto o conflito russo-ucraniano, que afetou profundamente as relações de Moscou com o Ocidente, mas também o impasse vivenciado por Teerã com as negociações do acordo nuclear ([Boletim 144](#)) e as sanções econômicas. Isto posto, o objetivo do presente texto é discorrer sobre os impactos dessa relação na contemporaneidade.

Vários países, como Estados Unidos e Israel, reportaram e, até mesmo, retaliaram o fato de que cidades ucranianas foram atacadas por tropas russas municiadas com armamentos iranianos. Teerã vem ofertando cada vez mais suporte a Moscou, principalmente no envio de drones, mísseis balísticos e sistemas de defesa aérea, além de PGWs (armamentos com munição guiada). Essa aproximação de caráter militar e tecnológico fornece suporte essencial para a atual campanha militar russa, que, por sua vez, devido a este apoio, aumentou sua reserva de sistemas de armas leves. Este fato fez com que a Ucrânia requisitasse do Ocidente equipamento anti-aéreo para conter essa estratégia russa.

Essa cooperação ampliou a reputação, projeção e atuação da Guarda Revolucionária Iraniana, especialmente, no Golfo Pérsico. Fato que mostra a capacidade de Teerã em operacionalizar e projetar os interesses iranianos na política externa e de defesa no seu entorno geográfico, consolidando o país como uma potência bélica regional.

Diante da continuidade do conflito russo-ucraniano, está ocorrendo, de maneira gradual e constante, o redirecionamento de combatentes russos de suas posições no Oriente Médio e sendo destinados ao teatro de operações europeu. Essa reconfiguração tem afetado e gerado vácuo em determinadas áreas da região, com destaque para a Síria, na qual outros atores vêm crescendo, como a Turquia.

Assim, a aproximação entre Moscou e Teerã tem um forte teor militar e tecnológico, além de estar se intensificando tanto no Oriente Médio quanto no Leste Europeu. Essa parceria vem a ser interpretada como estratégica para ambos os lados, diante do apoio iraniano às operações russas na Ucrânia e da grande projeção que isso confere ao Irã.



A parceria estratégica russo-cubana e a visita de Díaz-Canel a Moscou

Pérsio Glória de Paula

Durante a Guerra Fria (1947-1991), Cuba era um importante parceiro da União Soviética. A parceria com Havana significava uma ponte para a atuação soviética na América Latina e, por sua proximidade geográfica com os Estados Unidos, detinha elevado valor geoestratégico. Após o colapso soviético, e com o perfil ocidentalista ideológico do governo Bóris Iéltsin na década de 1990, a intensidade das relações com Cuba diminuiu significativamente. No entanto, na atualidade, um novo processo de aproximação e aprofundamento da cooperação em setores estratégicos entre os dois países está em andamento. Nesse sentido, que elementos ajudam a explicar o fortalecimento das relações entre Cuba e Rússia?

As relações russo-cubanas atendem a uma série de interesses de ambos os países e têm se intensificado nos últimos anos ([Boletim 106](#)). Isso se evidencia pela visita do presidente cubano Miguel Díaz-Canel, em 22 de novembro, à Rússia a convite do presidente Vladimir Putin. Na ocasião, os presidentes se encontraram para a inauguração da estátua do líder cubano Fidel Castro em Moscou. Na reunião, os homólogos criticaram as sanções ocidentais e ressaltaram a importância da cooperação estratégica entre ambos. Para Cuba, que sofre com o embargo dos EUA, a Rússia é um importante parceiro para a cooperação

tecnológica e comercial, uma vez que Moscou fornece insumos energéticos, serviços e maquinário. Além disso, a reabertura da linha aérea direta entre Moscou e Havana, fechada por conta da pandemia, deve impulsionar o turismo, importante atividade econômica para o país.

Pelo lado russo, a posição geográfica de Cuba ainda detém um alto valor geoestratégico, especialmente em um momento de tensões com os Estados Unidos. Ademais, a diversificação de parcerias tem ganhado proeminência na política externa russa, dadas as sanções econômicas e as disputas geopolíticas com o Ocidente. Além da articulação política contra os bloqueios, o aprofundamento da cooperação com Cuba também serve para a construção de uma imagem de potência global para a Rússia. Tais relações não só indicam uma renovada atuação na América Latina, mas podem auxiliar Moscou com outros países do Sul Global, que detêm boas relações com Havana ou que têm sofrido com alguma pressão ocidental.

Portanto, as relações russo-cubanas perpassam diversos interesses estratégicos e econômicos, bem como detêm um caráter de articulação contra as sanções ocidentais sofridas por ambos os países. Além da significativa relevância geoestratégica, Cuba é um importante parceiro no âmbito latino-americano e para a posição de potência global de Moscou.

DOI 10.21544/2446-7014.n174.p12.

LESTE ASIÁTICO

Restrições estadunidenses à exportação de chips: escalada das tensões entre EUA e China

Maria Eduarda Parracho

Em outubro de 2022, o mercado de *chips* foi extremamente impactado pelas restrições estadunidenses às exportações para a China. No intuito de conter possíveis contribuições à modernização militar chinesa, os Estados Unidos (EUA) passaram a exigir licenças especiais para a venda de *chips* de computação avançada, usados principalmente no desenvolvimento de inteligência artificial e computação de alto desempenho, além de equipamentos de produção. Os bloqueios comerciais foram recebidos com repúdio pelas autoridades chinesas, que acreditam serem medidas que sustentam a hegemonia dos EUA sobre essas tecnologias e que afetarão não apenas as empresas de Pequim, mas também as estadunidenses e as demais presentes no território chinês. Tendo em vista o que muitos analistas já

nomeiam como uma “Guerra Fria Tecnológica”, o que de fato isso representa para as relações sino-estadunidenses?

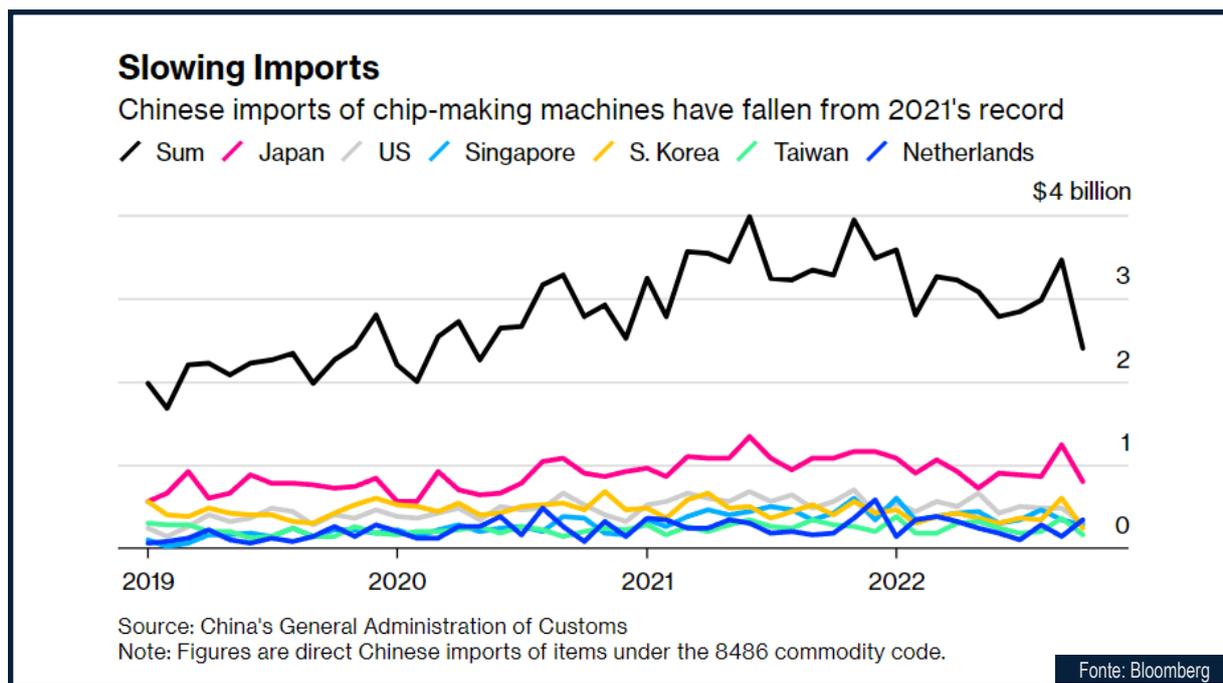
Apesar de não serem as primeiras restrições de Washington que agem para sufocar o fornecimento de *chips* às empresas chinesas, essas ações representam o posicionamento mais firme sobre a China enfatizada na última Estratégia de Segurança Nacional da gestão do presidente Joe Biden. Através de uma perspectiva liberal, desde a abertura econômica chinesa, os EUA procuravam seguir uma política de “*Mirror Image*” com o país asiático, que fortalecia as relações comerciais e apoiava a adesão chinesa em blocos multilaterais, como a OMC em 2001, no intuito de trazer a China para o arcabouço de influência estadunidense composto por democracias liberais. Ao entender a consolidação

complexa do sistema chinês, o país modificou sua postura, passando a adotar um posicionamento mais combativo, o que fica claro neste novo documento de Defesa.

Enquanto essas medidas entram em vigor, a China busca alternativas para superar sua dependência tecnológica dos EUA. O endurecimento das políticas de COVID-Zero afetou a fabricação de produtos eletrônicos que, junto às restrições impostas, resultaram em um dos meses menos lucrativos desde 2020. A China é a maior importadora de semicondutores do mundo e, para superar

essa crise, contará com a importação de equipamentos de produção de outros países para fortalecer a fabricação nacional.

Portanto, as restrições de *chips* estadunidenses para Pequim podem expressar a prioridade de Washington para questões de Defesa nacional, em detrimento de maiores ganhos econômicos diretos. Apesar da narrativa oficial chinesa ser contrária à mentalidade da Guerra Fria, a postura estadunidense mais combativa dificulta o diálogo entre as duas maiores potências do mundo.



DOI 10.21544/2446-7014.n174.p12-13.

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

Relações Rússia-Mianmar e o desenvolvimento de energia nuclear

Thayná Fernandes

Desde o golpe de Estado, ocorrido em fevereiro de 2021, Mianmar tem enfrentado diversos desafios: protestos, resistência de grupos insurgentes armados, saída de empresas e investimentos estrangeiros, além de pressão e sanções internacionais. Similarmente, desde o início do conflito com a Ucrânia, a Rússia também vem passando por algumas dessas questões, sobretudo acerca de pressões e sanções externas. Sendo vistas como párias no Sistema Internacional, as duas nações têm se aproximado consideravelmente e estabeleceram um acordo conjunto para o desenvolvimento de energia nuclear. É interessante elencar possíveis implicações deste novo acordo.

Mianmar tem buscado domínio da tecnologia nuclear

desde o final da década de 1990. Com Moscou, as relações vêm se estreitando nos últimos anos, especialmente no comércio de armamentos, modernização e treinamento das Forças Armadas; ainda, o país também é uma possibilidade de Mianmar diversificar seus parceiros comerciais e não depender totalmente da China. Em setembro de 2022, no Fórum Econômico do Leste, realizado em Vladivostok, representantes da *Rosatom*, empresa russa de energia nuclear, e o Ministro de Ciência e Tecnologia birmanês assinaram um projeto de cooperação neste setor, incluindo a possibilidade de desenvolvimento de um reator modular.

Na busca por mais aliados na Ásia, sobretudo para conter o avanço chinês e russo, os Estados Unidos

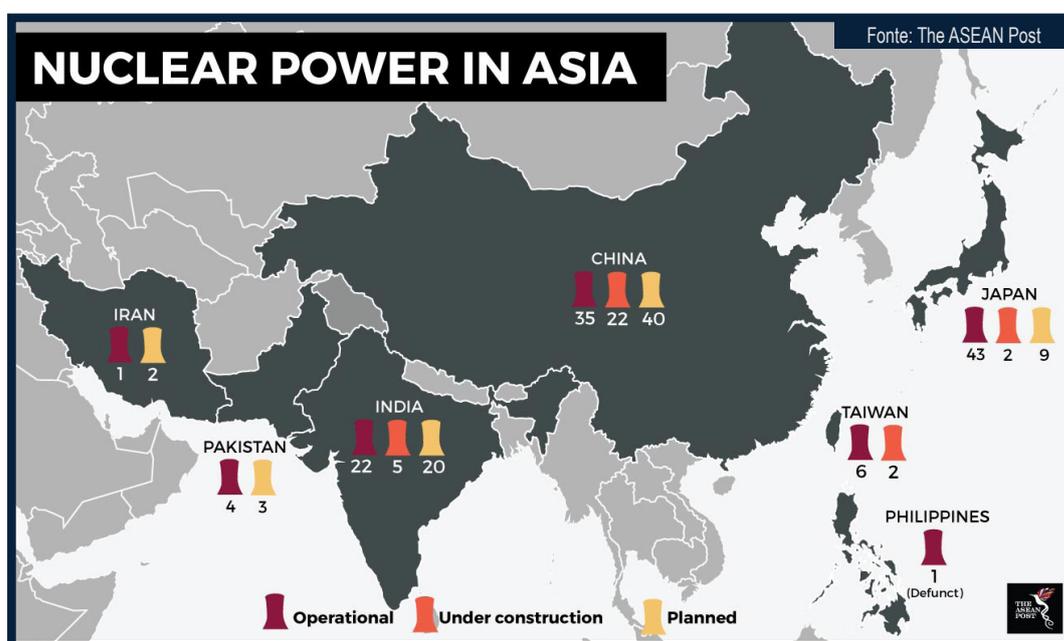


(EUA), representados pela Vice-Presidente, Kamala Harris, anunciaram o objetivo de cooperação nuclear civil com as Filipinas, que possibilitaria, futuramente, aos EUA realizar “exportações de equipamentos e materiais nucleares” ao país asiático. Em resposta, em novembro último, Moscou e Naypyidaw assinaram acordos para a construção, em Mianmar, de um Centro Internacional de Energia Atômica, similar ao que existe em São Petersburgo, apresentando avanço no plano assinado em setembro.

A constante “queda de braço” entre Ocidente e Oriente pela ampliação das suas esferas de influência na Ásia, aprofundam as tensões regionais. Além da China, outro ator de peso no continente é a Índia, que é nuclearmente armada, faz parte do BRICS, junto com a Rússia e possui imbrólios com o Paquistão, também detentor de armas nucleares. Ter outro vizinho, Filipinas ou Mianmar, dotado de capacidades neste setor e de

ações imprevisíveis, não é um cenário interessante. Ainda, outras nações locais já enfrentam grandes tensões nas disputas Pequim-Washington, quadro que poderá ser piorado com uma eventual maior presença da Rússia.

Embora o governo birmanês tenha informado que pretende utilizar a energia nuclear para geração de eletricidade, pesquisa científica e produção de remédios, a decisão é vista com desconfiança. Ainda que Mianmar seja membro fundador da Agência Internacional de Energia Atômica e assinante de diversos Tratados no âmbito dessa instituição, incluindo o Tratado de Não-proliferação de Armas Nucleares (TNP), fazer parte desses compromissos não é garantia de que os países irão sempre segui-los, a exemplo da Coreia do Norte. Assim, há também a possibilidade de que, em meio ao constante isolamento externo e da abstenção de ações robustas das Instituições internacionais e regionais, Mianmar siga o mesmo caminho.



DOI 10.21544/2446-7014.n174.p13-14.

Tailândia busca aumentar capacidade operacional com navio anfíbio

Matheus Bruno Ferreira Alves Pereira

O navio de assalto anfíbio chinês *Type 071 Yuzhao*, encomendado pela Marinha Real da Tailândia, iniciou testes no mar na metade de novembro de 2022. Com a aquisição, o país espera expandir a sua capacidade naval, considerando-se que o *Yuzhao* pode transportar veículos de assalto, realizar operações com helicópteros (dois no convés e quatro no hangar), além de transportar entre 600 e 800 militares.

A expansão das capacidades anfíbias da Tailândia é desejada por algumas razões: a modernização de sua Marinha, o aumento da mobilização de tropas e a maior eficiência em apoio às ações de ajuda humanitária em

situações de desastres. Tal avanço oferece, ainda, a possibilidade de proteção de seus 2.800 km de extensão litorânea, além de garantir maior robustez diante da constante e crescente competição pelos recursos existentes no golfo da Tailândia, como petróleo e gás natural. Os navios anfíbios também já foram utilizados juntos aos fuzileiros navais para coibir a insurgência de rebeldes no sul do país.

Além de sofrer com períodos de inundações, a Tailândia também está sujeita a desastres naturais mais atípicos, como tsunamis. Nessas circunstâncias, a atuação da Marinha se mostra de importância crucial para as ações

de resgate e apoio às áreas afetadas. Em contrapartida à importância desse fator, o país atualmente possui apenas três embarcações com capacidades de apoio, uma delas sendo o próprio navio-aeródromo, adaptado para atuar apenas com helicópteros.

A compra do *Type 071* demonstra, ainda, uma maior capacidade de multilateralismo, que no passado manteve majoritariamente a sua relação estratégica com os Estados Unidos: além do navio-anfíbio, a Marinha do país encomendou, em 2019, um submarino da China. A escolha por um fornecedor regional também abre oportunidade para outros, como a Coreia do Sul, que vem se esforçando para ganhar espaço como provedor

de armamentos para o Sudeste Asiático, fechando um acordo para a venda de duas fragatas à Tailândia.

Bangkok, assim como seus vizinhos, têm buscado maior capacidade de atuação militar e modernização das suas forças face ao aumento dos litígios regionais. Ao mesmo tempo, compreende que a sua missão institucional está para além do preparo para um conflito com agentes externos, abrangendo o apoio à coesão e à ordem interna. Desse modo, a aquisição do moderno navio de capacidades anfíbias, junto ao adestramento das tropas, trará melhoras nas capacidades de operação tailandesa em diversos cenários possíveis.



Fonte: The Maritime Executive

DOI 10.21544/2446-7014.n174.p14-15.

ÁRTICO & ANTÁRTICA

Antártica, conflito na Ucrânia e proteção ambiental

Gabriele Hernandez

A pesar do relativo isolamento do continente antártico, ele não está imune às principais questões geopolíticas que assolam as relações internacionais, como é o caso do conflito russo-ucraniano. Os impactos dos avanços russos na Ucrânia têm respingado nas interações intrincadas do Sistema do Tratado Antártico e influenciado a tomada de decisões nos últimos meses, isolando ainda mais a Rússia. Ao mesmo tempo, o distanciamento do país se torna um problema para os planos de avançar as áreas de proteção ambiental no continente.

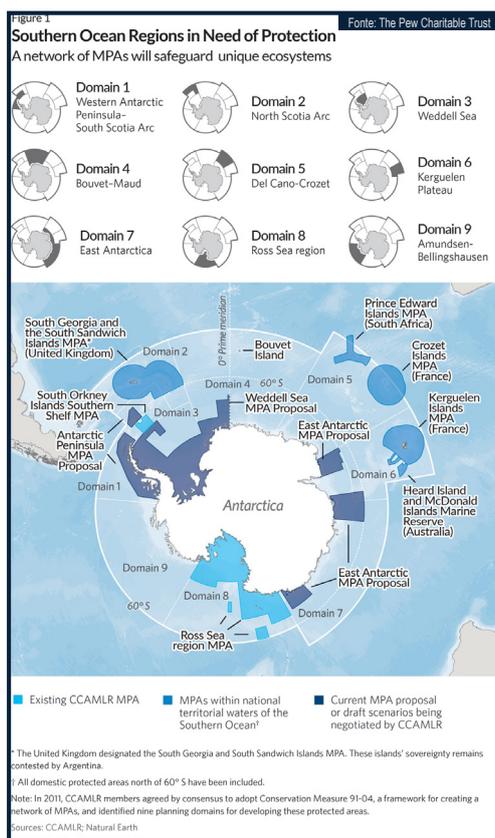
Entre os dias 24 de outubro e 4 de novembro de 2022, ocorreu a 41ª reunião da Convenção para Conservação

dos Recursos Vivos Marinhos da Antártica (CCAMLR na sigla em inglês), na Austrália. O evento, que é o primeiro a ser realizado após o início do conflito, trouxe desconforto entre as partes. A principal demanda foi a conservação ambiental e três novas propostas de Áreas Marinhas Protegidas (MPAs, em inglês), especialmente na área da Península Antártica — a região mais importante do continente. A criação de tais áreas, porém, depende da unanimidade de seus membros, o que inclui a aprovação russa, cuja pesca na região é o principal impedimento para as MPAs.

Durante o encontro, diversos participantes abandonaram a sala enquanto a delegação russa se >>>

pronunciava, de modo a protestar contra a postura do país no conflito. A Ucrânia declarou que a Rússia não possuía o direito de participar de atividades em organizações internacionais como a CCAMLR enquanto causava a destruição de outro país, porém, não houve resposta de Moscou. Os bombardeios russos destruíram parcialmente o centro de pesquisas antárticas ucraniano, projeto que vinha se expandindo ao longo da última década. Embora os vetos russos à criação das MPAs não ocorram por causa do conflito, ele dificulta ainda mais sua execução. Isolar o primeiro país a chegar na Antártica não é a melhor estratégia para quem depende de sua aprovação em qualquer projeto na convenção.

Em 1º de dezembro último, o Tratado da Antártica completou 63 anos, garantindo uma governança estabelecida sobre a paz, a preservação ambiental e a pesquisa científica. É, talvez, o caso mais bem-sucedido de um acordo envolvendo tantos Estados e interesses diversos, e ainda mais emblemático ocorrer sobre as imensas reservas de água potável, petróleo, gás e carvão que o continente dispõe, além do próprio território. Proteger a região vai de encontro com as inúmeras possibilidades de obter riquezas que ela apresenta. O equilíbrio antártico é frágil, em todos os sentidos, e precisa de constante reforço.



DOI 10.21544/2446-7014.n174.p15-16.

TEMAS ESPECIAIS

Descarbonização do Transporte Marítimo: desafio para alternativa competitiva, justa e sustentável

João Victor Marques Cardoso

A relevância do transporte marítimo reflete a grandeza do desafio da descarbonização. O setor é responsável por mais de 80% do comércio internacional e por 2 a 3% das emissões globais de gases de efeito estufa (GEE). A demanda energética das embarcações por combustíveis fósseis é a principal razão pela qual, mantida essa dependência, a participação em termos de emissões globais possa dobrar.

Em 2021, o comércio marítimo se recuperou 3,2% relativamente às 10,7 bilhões de toneladas movimentadas em 2020. A estimativa da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD na sigla

em inglês) para 2022 é a desaceleração do crescimento para 1,4%, em função do contexto geopolítico que ocasiona rupturas na cadeia de suprimentos, gargalos logísticos, trajetória inflacionária e aumento dos fretes. Apesar disso, as estimativas para o período 2023-2027 indicam crescimento anual de 2,1%.

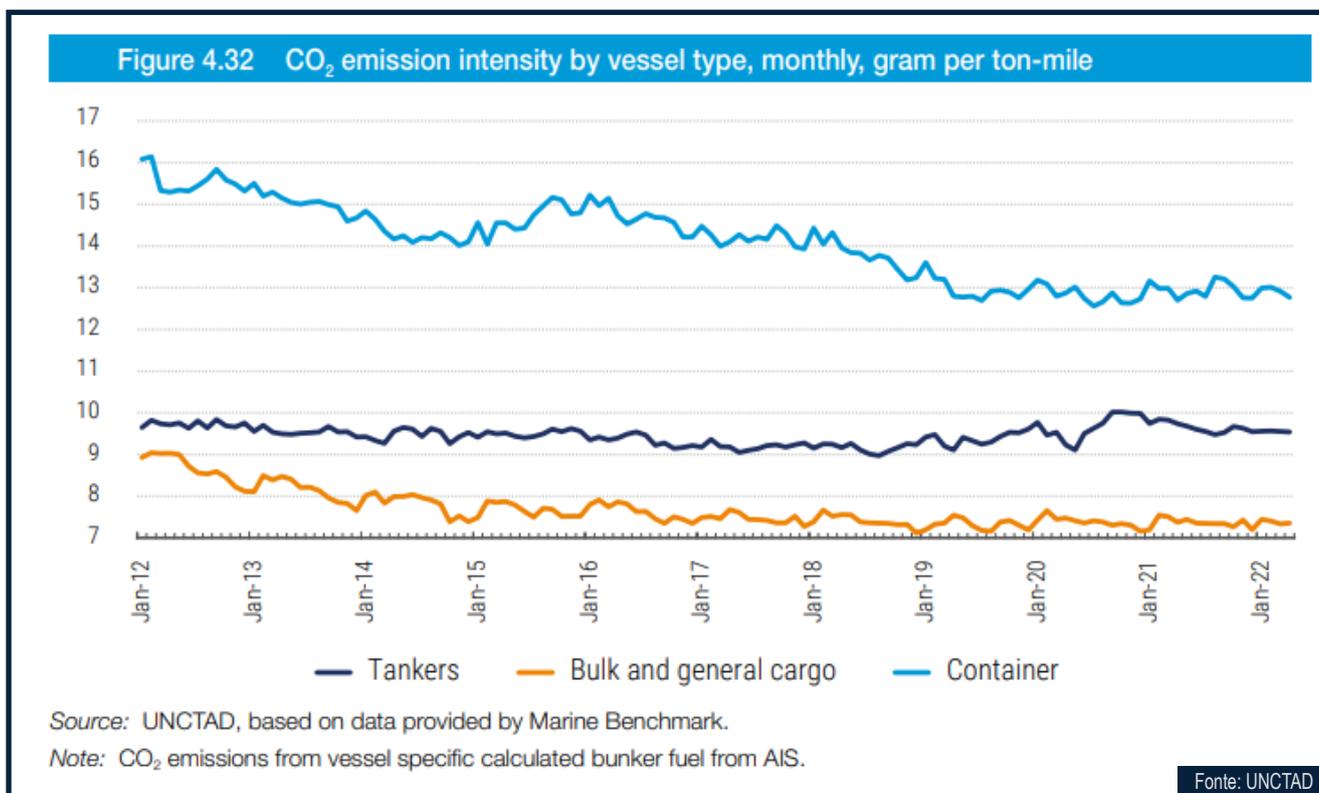
A necessidade de garantir a demanda energética com o crescimento do comércio requer alternativas de baixo carbono. Segundo a Agência Internacional de Energia (AIE), as estratégias para descarbonização precisam ser definidas até 2025, com foco em medidas de curto prazo, como eficiência energética e operacional, e em

médio e longo prazo, a mudança na matriz de consumo de combustível. A AIE estima que os biocombustíveis representarão 7% do consumo em 2030, elevando-se a 21% em 2050, ao passo que o hidrogênio e a amônia verde teriam 9%, em 2030, e 60% em 2050 de participação, com a disponibilidade de motores já a partir de 2024.

Algumas iniciativas internacionais se destacam. A *Zero Emission Shipping Initiative* busca apoiar a demonstração de navegação zero-emissão até 2030, com as seguintes metas: navios zero-emissão com preço máximo 5% mais caros do que os convencionais; combustíveis alternativos com preço máximo de 10 à 20% mais caros do que os fósseis; e dez portos em três continentes com capacidade para abastecimento de combustível zero-emissão. A Declaração de Clydebank,

lançada na COP26 (2021), reconhece que a transição requer combustíveis limpos, embarcações com emissão zero, sistema de propulsão alternativo e infraestrutura terrestre de apoio, objetivando a criação de seis corredores marítimos verdes. Na COP27 (2022), a realização do *Green Shipping Challenge* resultou novas adesões ao *Clean Energy Marine Hubs*, que busca medidas baseadas no mercado para financiar a descarbonização, como mecanismos “fundo e recompensa”.

Considerado um setor de difícil descarbonização, alternativas distintas têm se colocado, exigindo esforços multilaterais para definir o caminho sustentável, competitivo e justo para os *stakeholders* marítimos (portos, armadores e indústria), sem penalizar os países em desenvolvimento.



DOI 10.21544/2446-7014.n174.p16-17.

- ▶ [Russia is using energy as a weapon](#)
THE ECONOMIST
- ▶ [Climate Change and the Instrumentalisation of Natural Resources in the Continuum of War: the Role of Non-state Armed Groups and International Responses](#)
IISS, Irene Mia e Erica Pepe
- ▶ [War Over Taiwan?](#)
PROJECT SYNDICATE, Joseph S. NYE, Jr.
- ▶ [Eurasia in Crisis](#)
GEOPOLITICAL FUTURES, George Friedman
- ▶ [UK Navy to take drone-teaming operations underwater with new submarine](#)
DEFENSE NEWS, Andrew Chuter

CALENDÁRIO GEOCORRENTE

Clique nas caixas para acessar os links referentes:

Por: Maria Eduarda Parracho e Taynah Pires

DEZEMBRO

Principais eventos de 07 a 31 de dezembro

13



BÉLGICA
10ª CÚPULA DE
NEGÓCIOS ASEAN-UE

13-15



EUA
REUNIÃO ENTRE
LÍDERES DOS EUA E
DOS PAÍSES AFRICANOS

14



PERU
REUNIÃO DA ALIANÇA
DO PACÍFICO

15



ALEMANHA
REUNIÃO DO BANCO
CENTRAL EUROPEU

JANEIRO

Principais eventos de 01 a 25 de janeiro

01



BRASIL
POSSE PRESIDENCIAL

09-10



MÉXICO
CÚPULA DOS LÍDERES
DA AMÉRICA DO NORTE
2023

13



REP. TCHECA
ELEIÇÕES
PRESIDENCIAIS

16-20



SUÍÇA
ENCONTRO ANUAL
DO *WORLD ECONOMIC
FORUM*

REFERÊNCIAS

- **Os riscos socioambientais de investimentos chineses no Peru**
CÁRDENAS, Abel. [Repsol hizo lobby en Congreso para sortear acusación. La República](#), 02 nov. 2022. Acesso em: 02 dez. 2022.
KESSLER, Jacob. [Explained: China's controversial copper mines in Perú. Latin America News Dispatch](#), 26 nov. 2022. Acesso em: 02 dez. 2022.
- **Guiana e Suriname: entre os petrodólares e a proteção ambiental**
[La paradoja de Surinam y Guyana, entre la riqueza del petróleo y el medio ambiente. France24](#), 19 out. 2022. Acesso em: 01 dez. 2022.
[Guyana becoming the world's most exciting oil frontier: with a million bpd by 2030. Mercopress](#), 10 nov. 2022. Acesso em: 01 dez. 2022.
- **Novo player tecnológico? A aliança digital entre a União Europeia e os países caribenhos**
HOBBS, Carla; TORREBLANCA, José Ignacio. [Byting back: The EU's digital alliance with Latin America and the Caribbean. European Council on Foreign Relations](#), 24 out. 2022. Acesso em: 17 nov. 2022.
[EU launches the Digital for Development Hub for Latin America and the Caribbean. European Council](#), 14 dez. 2021. Acesso em: 17 nov. 2022.
- **A contribuição da Estratégia Marítima Nacional Integrada de Gana para combater a insegurança alimentar**
[Frotas Industriais Saqueiam Águas Ganesas Causando Insegurança Alimentar. Africa Defense Forum](#), 25 out. 2022. Acesso em: 02 nov. 2022.
[Ghana drafts plan to protect blue economy. Africa Defense Forum](#), 27 set. 2022. Acesso em: 02 nov. 2022.
- **O acordo histórico entre Reino Unido e França para conter a crise migratória**
GYE, Hugo; FERGUSON, Emily. [UK agrees new migrant deal to pay France more than £60m to stop Channel crossings. INews](#), 14 nov. 2022. Acesso em: 03 dez. 2022.
SEDDON, Paul. [UK strikes revised deal with France on Channel migrants. BBC](#), 14 nov. 2022. Acesso em: 03 dez. 2022.
- **A retomada do papel geopolítico internacional do Irã**
[Iran, Kazakhstan to launch pilot sea-rail transit route. Tehran Times](#), 07 nov. 2022. Acesso em: 03 dez. 2022.
[Is the INSTC Russia's new economic escape route? Aljazeera](#), 27 jul. 2022. Acesso em: 03 dez. 2022.
- **A cooperação russo-iraniana frente a tensões regionais**
MATHEUS, Sean. [European ties become a casualty of Iran's military support for Russia. Middle East Eye](#), 23 nov. 2022. Acesso em: 30 nov. 2022.
[Ukraine war: Growing Russia-Iran ties pose new dangers. BBC](#), 21 out. 2022. Acesso em: 30 nov. 2022.
- **A parceria estratégica russo-cubana e a visita de Díaz-Canel à Moscou**
[Evoking Castro, Putin and Cuban leader pledge to deepen ties. Reuters](#), 22 nov. 2022. Acesso em: 03 dez. 2022.
[Meeting with President of Cuba Miguel Diaz-Canel Bermudez. President of Russia](#), 22 nov. 2022. Acesso em: 03 dez. 2022.
- **Restrições estadunidenses à exportação de chips: escalada das tensões entre EUA e China**
[Biden and Harris Administration's National Security Strategic. The White House](#), 12 out. 2022. Acesso em: 30 nov. 2022.
[China Buys Fewer Chip-Making Machines as US Restrictions Start. Bloomberg](#), 22 nov. 2022. Acesso em: 03 nov. 2022.
- **Relações Rússia-Mianmar e o desenvolvimento de energia nuclear**
MOE, Wai. [Myanmar's Pivot to Russia: Friend in Need or Faulty Strategy? Fulcrum](#), 12 out. 2022. Acesso em: 01 dez. 2022.
STRANGIO, Sebastian. [Myanmar and Russia Agree to Establish Nuclear Technology Hub in Yangon. The Diplomat](#), 22 nov. 2022. Acesso em: 01 dez. 2022.
- **Tailândia busca aumentar capacidade operacional com navio anfíbio**
[Future Thai Navy's Type 071 amphibious transport dock begins sea trials. Navy Recognition](#), 15 Nov. 2022. Acesso em: 02 dez. 2022.
YEO, Mike. [Thailand to Acquire Amphibious Ship from China. DefenseNews](#), 12 set. 2019. Acesso em 02 dez. 2022.
- **Antártica, conflito na Ucrânia e proteção ambiental**
[Meeting of Antarctic experts comes to a close. Commission for the Conservation of Antarctic Marine Living Resources](#), 05 nov. 2022. Acesso em: 03 dez. 2022.
[Russia, Ukraine among countries meeting in Tasmania over future of Antarctic waters. ABC News](#), 27 out. 2022. Acesso em: 03 dez. 2022..
- **Descarbonização do Transporte Marítimo: desafio para alternativa competitiva, justa e sustentável**
IEA. [World Energy Outlook 2022. International Energy Agency](#), 2022. Acesso em: 01 dez. 2022.
[Review of Maritime Transport 2022. UNCTAD](#), 29 nov. 2022. Acesso em: 01 dez. 2022.

O mapa inicial (pág 04) do Boletim foi produzido pelo MapChart e segue as diretrizes da Creative Commons.

O mapa intitulado “Principais Riscos Globais”, exposto na página 04 deste Boletim, foi elaborado pelos integrantes do Núcleo de Avaliação da Conjuntura da Escola de Guerra Naval. Os critérios utilizados para analisar os fenômenos internacionais e determinar quais devem constar no mapa se baseiam na relevância destes para o Brasil, sendo eles: presença de brasileiros residentes na região, influência direta ou indireta na economia brasileira e impacto no Entorno Estratégico brasileiro. Ademais, serão considerados os interesses dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Após a seleção dos fenômenos, estes são categorizados em alto risco (vermelho) ou médio

risco (laranja), seguindo parâmetros que refletem a gravidade do risco: quantidade de vítimas, relevância dos atores envolvidos, impacto na economia global e possibilidade da escalada de tensões. Os países em cinza representam conflitos monitorados, caso tenha agravamento do risco, este passa a ser vermelho ou laranja.

As análises são refeitas a cada edição do Boletim, com o objetivo de reavaliar e atualizar as regiões demarcadas, bem como a cor utilizada em cada um. Desta forma, são sempre observados os principais fenômenos, distribuídos em alto e médio risco. Abaixo, encontram-se *links* sobre os riscos apontados no mapa:

Por: Luísa Barbosa

► ALTO RISCO:

- AFGANISTÃO - Crise estrutural: [Taliban blocks two U.S.-funded radio stations in Afghanistan](#). **The Washington Post**, 02 dez. 2022. Acesso em: 05 dez. 2022.
- ARMÊNIA E AZERBAIJÃO - Conflito em Nagorno-Karabakh: [Military hostilities between Armenia and Azerbaijan escalate](#). **The Armenian Weekly**, 30 nov. 2022. Acesso em: 05 dez. 2022.
- BELARUS - Tensão regional: [Belarus Corruption Watch: living the high life with Dimitry and Anna Lukashenko](#). **BNE IntelliNews**, 04 dez. 2022. Acesso em: 05 dez. 2022.
- BURKINA FASO - Instabilidade Sociopolítica: [Burkina Faso's transition leader confirms coup attempt](#): **Media Anadolu Agency**, 02 dez. 2022. Acesso em: 02 dez. 2022.
- HAITI - Crise estrutural e instabilidade política: [Haiti: Inside the capital city taken hostage by brutal gangs](#). **BBC**, 05 dez. 2022. Acesso em: 05 dez. 2022.
- IÊMEN - Crise humanitária: [US, Oman discuss efforts to reach political solution in Yemen](#). **Middle East Monitor**, 30 nov. 2022. Acesso em: 05 dez. 2022.
- LÍBANO - Crise estrutural: ['There is no future': Lebanon's new poor face long-term stagnation](#). **Reuters**, 04 dez. 2022. Acesso em: 05 dez. 2022.
- MALI - Conflitos internos e tensões regionais: [West African bloc asks Mali to free 46 Ivorian troops](#). **France 24**, 04 dez. 2022. Acesso em: 04 dez. 2022.
- MIANMAR - Golpe militar: [Myanmar: UN Human Rights Chief alarmed at death sentences by secretive military courts](#). **United Nations Human Rights**, 02 dez. 2022. Acesso em: 05 dez. 2022.
- MOÇAMBIQUE - Conflito entre governo e forças insurgentes: [Mozambique: The port of Mocimboa da Praia welcomes its first ship since the jihadist occupation](#). **The North Africa Post**, 03 dez. 2022. Acesso em: 04 dez. 2022.
- REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO - Conflitos internos: [The sweet and sour of the Luanda summit on DRC and the M23 rebels](#). **The East African**, 04 dez. 2022. Acesso em: 04 dez. 2022.
- RÚSSIA E UCRÂNIA - Conflito Militar: [New wave of missile attacks hits Ukraine; explosions reported at Russian air bases](#). **CNBC**, 05 dez. 2022. Acesso em: 05 dez. 2022.
- SÍRIA - Insegurança regional: [Rare anti-government protest turns deadly in southern Syria](#). **Aljazeera**, 04 dez. 2022. Acesso em: 05 dez. 2022.

• SOMÁLIA - Crise eleitoral e humanitária: [Somali Military Liberates 4 Strategic Villages From al-Shabab Militants](#). **VOA News**, 03 dez. 2022. Acesso em: 04 dez. 2022.

• SRI LANKA - Crise estrutural: [Sri Lanka likely to go dark next year, as electricity crisis worsens](#). **We Report, You Decide**, 01 dez. 2022. Acesso em: 05 dez. 2022.

► MÉDIO RISCO:

• ETIÓPIA - Conflito entre governo e forças insurgentes e acordo de paz: [Looting, forced removals plague Ethiopia's Tigray despite truce - witnesses](#). **Reuters**, 02 dez. 2022. Acesso em: 02 dez. 2022.

• LÍBIA - Crise estrutural e tensão eleitoral: [PC President, French Ambassador discuss Libya's political developments](#). **The Libya Update**, 04 dez. 2022. Acesso em: 05 dez. 2022.

• SUDÃO - Golpe de Estado: [Sudanese generals, pro-democracy group sign framework deal](#). **Africanews**, 05 dez. 2022. Acesso em: 05 dez. 2022.

• VENEZUELA - Crise estrutural: [Venezuela opposition demand date to resume dialogue with Maduro in Mexico](#). **Reuters**, 04 dez. 2022. Acesso em: 05 dez. 2022.

► EM MONITORAMENTO:

• COLÔMBIA/PANAMÁ - Crise Migratória: [Disminuye el flujo migratorio por el Tapón del Darién tras restricciones de EE UU hacia los venezolanos](#). **El Nacional**, 01 dez. 2022. Acesso em: 05 dez. 2022.

• COREIA DO NORTE - Teste de mísseis: [North Korea fires artillery barrage in 'warning' to South Korea](#). **Al Jazeera**, 05 dez. 2022. Acesso em: 05 dez. 2022.

• EL SALVADOR - Instabilidade sociopolítica: [El Salvador sends 10,000 police, soldiers to seal off town](#). **Associated Press**, 03 dez. 2022. Acesso em: 05 dez. 2022.

• EQUADOR - Instabilidade sociopolítica: [Estado de excepción en América Latina: Ecuador y Honduras optan por medida de Nayib Bukele](#). **La República**, 01 dez. 2022. Acesso em: 05 dez. 2022.

• EUROPA - Tensões com a Rússia e crise energética: [The Worst of Europe's Energy Crisis Isn't Over](#). **The Washington Post**, 05 dez. 2022. Acesso em: 05 dez. 2022.

• GOLFO DA GUINÉ - Insegurança marítima conjuntural: [UN Warns of New Piracy Dynamics in the Gulf of Guinea](#). **OCCRP**, 29 nov. 2022. Acesso em: 01 dez. 2022.

• IRÃ - Instabilidade sociopolítica: [Iranian protesters call for three-day strike as pressure on regime builds](#). **The Guardian**, 04 dez. 2022. Acesso em: 05 dez. 2022.

• IRAQUE - Tensão regional: [Iraq's fragmented healthcare system 'at the heart of the struggle to overcome war'](#). **The National News**, 02 dez. 2022. Acesso em: 05 dez. 2022.

• MAR DA CHINA ORIENTAL - Tensões regionais: [Chinese, Russian long-range bombers make reciprocal base visits](#). **DefenseNews**. 01 dez. 2022. Acesso em: 05 dez. 2022.

• MAR DO SUL DA CHINA - Disputas regionais: [Philippines will explore for oil in South China Sea even without a deal with Beijing: Marcos](#). **CNN**, 01 dez. 2022. Acesso em: 05 dez. 2022.

• NICARÁGUA - Crise política: [EUA incluem Cuba e Nicarágua em lista de violadores da liberdade religiosa](#). **Gazeta do Povo**, 02 dez. 2022. Acesso em: 05 dez. 2022.

• NIGÉRIA - Conflitos internos: [Violent extremism could beckon in north-western Nigeria if local dynamics are ignored](#). **The Conversation**, 04 dez. 2022. Acesso em: 04 dez. 2022.

• PAQUISTÃO - Instabilidade sociopolítica: [Pakistan: Militant attacks threaten economic stability](#). **DW**, 05 dez. 2022. Acesso em: 05 dez. 2022.

- PERU - Instabilidade sociopolítica: [Indigenous communities in Peru ‘living in fear’ due to deforestation, drug trafficking](#). **Mongabay**, 02 dez. 2022. Acesso em: 05 dez. 2022.
- TAIWAN - Embate China-EUA: [US-China Conflict: Experts Propose XQ-58 Valkyrie As ‘Best Option’ To Swarm China Before Attacking With F-22, F-35 Jets](#). **The EurAsian Times**, 04. dez 2022. Acesso em: 05 dez. 2022.